

# A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR (EP) e da EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL

Caren Rejane de Freitas Fontella<sup>1</sup>

Maria Elisabete Machado<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo situa a trajetória da Educação Popular e da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Paulo Freire, contribui com esse campo teórico-metodológico da Educação ao ratificar que a educação é um ato político. Pauta-se na trajetória da cultura popular para fomentar que a educação constitui-se como um dos atos fundamentais para a emancipação dos sujeitos, em especial da classe dita à margem. O autor entende a classe popular como uma classe que ainda não detém seu saber valorizado e assim, torna-se excluído historicamente do conhecimento dito culto pela sociedade. Pode-se perceber pela historicidade da educação popular e Educação de Jovens e adultos, a necessidade de produzir novos discursos e novas práticas, evidenciando as idiossincrasias entre os estudantes, conhecendo e reconhecendo as trajetórias e necessidades de quem chega à educação de Jovens e Adultos.

A educação popular nasceu fora da escola, no seio das organizações populares, mas seus princípios e sua metodologia, com bases emancipatórias, tiveram uma repercussão tão grande na sociedade que acabaram cruzando fronteiras e os muros das escolas, influenciando práticas educativas, tanto as que acontecem nos espaços escolares, como as que ocorrem em outros espaços educativos, como nos sindicatos, nas ONGs, Associações de Moradores, Reuniões do Orçamento Participativo (OP), nos conselhos populares etc.

A educação popular na perspectiva freireana, constitui-se como uma proposta educativa, voltada para a necessidade de construção de uma consciência crítica do indivíduo em relação à realidade em que está envolvido no sentido de torná-lo um sujeito ativo na construção e transformação desta realidade e na intenção, não de inseri-lo no mundo, uma vez que dele nunca deixou de fazer parte, mas, de fazer-se “reconhecer a ele mesmo e aos outros, enquanto homem e enquanto cidadão, como parte integrante deste, e indispensável na dinâmica das relações sócio, político-culturais existentes nele (FREIRE, 1981).

---

<sup>1</sup>Licenciada em Física e Mestra em Engenharia, pela UFRGS. Doutoranda em Educação pela PUCRS

<sup>2</sup>Pedagoga e Mestra em Educação pela PUCRS. Doutoranda em Educação pela PUCRS

As décadas de 30/40 foram marcadas como um período em que questões relacionadas à Educação começaram a emergir no país. [...] até a segunda Guerra Mundial, a educação popular era vista como extensão da educação formal para todos, os indivíduos habitantes das periferias e zonas rurais. (PEREIRA apud VALE, 1992).

Paulo Freire, com seu engajamento nos anos 1960 começa a fazer a leitura da realidade brasileira e latino-americana assim, inicia o processo de formação de uma pedagogia que se constitui por diferentes abordagens filosóficas e de práticas educativas populares concretas que ocorriam em diferentes contextos e situações.

A educação popular fundamentada por Paulo Freire vislumbra não apenas uma ação politicamente unitária. Ela não objetiva apenas criar novos quadros para um novo tipo de sociedade. A educação de Paulo Freire vislumbra uma proposta politicamente mais humana, de criar com o poder do saber do homem libertado, um homem novo, livre também de dentro para fora. Ou seja, busca promover a integração e participação dos sujeitos na construção da sociedade através de uma educação comprometida com consciência reflexiva e politização do indivíduo com o meio em que vive como sujeito ativo capaz de refletir e agir sobre ele.

Segundo Fávero (1983) foram esses os movimentos de cultura popular os grandes sementeiros de ideias e de implementação de experiências. Paulo Freire se torna nesse contexto um dos maiores idealizadores e inspiradores da educação popular, enquanto uma das concepções de educação do povo. Em diálogo com Nogueira, Freire (2001), afirma que essa concepção de educação ganha força a partir de várias razões, como um estilo de fazer política que era próprio do populismo.

Nesse estilo de fazer política as massas e os movimentos populares entram em cena de forma “tutelada e vigiada” nas décadas de 50/60. Havia, no entanto, quem levasse a sério um país onde fosse possível e importante a participação de movimentos populares organizados. Com a industrialização urbana, muita migração em direção às cidades; muitas pessoas sendo expulsas do campo, e neste contexto, surgiram também os movimentos onde a população refletia sobre a migração. Havia uma ideia bastante comum que era educar as pessoas para integrar em um processo de Brasil moderno.

Como afirma Paulo Freire em diálogo com Nogueira

Nesse período havia uma relação muito estreita entre educação e transformação da sociedade. Portanto havia um tipo de educação não apenas para transformar as pessoas [...] mas haveria educação que

refletisse com as pessoas a transformação do país inteiro. Havia naquele contexto o conceito de educação bancária. (2001, p.17).

Educação popular como esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Paulo Freire afirmava que esse esforço pautava-se para o poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que vigorava, para que se possa fazer a escola de outro jeito. Há estreita relação entre escola e vida política.

Portanto, a tarefa histórica da educação é a de contribuir para que os seres humanos abram e percorram caminhos inéditos e originais. Enquanto projetos e processos, os seres humanos, ao se constituírem, constroem processos e projetos para o mundo porque são seres de transformação não de ajustamento e adaptação. Objetivam a realidade ao refletirem sobre ela, e, no momento em que a transformam, inevitavelmente transformam a si mesmos.

Brandão (2006) “preconiza um primeiro passo dizendo esta teoria de educação popular, é basicamente uma relação entre a palavra e o poder. Porque a palavra é um ato de poder, o que equivale afirmar que ela não é apenas um entre os seus outros símbolos, mas o seu exercício. O direito de falar e ser ouvido são o ofício do senhor”. Os súditos calam ou repetem a palavra que ouvem, fazendo seu o mundo do outro. A diferença entre um e outro é que o primeiro detém a posse do direito de pronunciar o sentido do mundo e, por isso, o direito de ditar a ordem do mundo social.

No sentido macro, pensar a educação popular obriga uma revisão do sentido da própria educação. É preciso recuar longe, memórias de um passado remoto, para conhecermos como o saber terá emergido à vida e, circulando entre tipos de pessoas, terá diferenciado uma região de si mesmo como educação.

Conforme Brandão em Educação Popular

Um saber da comunidade torna-se o saber das frações (classes, grupos, povos, tribos) subalternas da sociedade desigual. Em um primeiro longínquo sentido, as formas – imersas ou não em outras práticas sociais, através das quais o saber das classes populares ou das comunidades sem classes é transferido entre grupos ou pessoas, são a sua educação popular. (1986, p. 26).

Significação da cultura popular é precisamente entrar em tensão ideológica contra uma dimensão de cultura de uma classe (polarização ideológica na afirmação de uma cultura contra a outra), mas, é como intencionalmente universal que a cultura deve ser dita popular, isto é, uma cultura que permita a abertura das consciências de um grau de universalidade crescente. É popular a cultura quando comunicável ao povo, isto é, quando suas significações, valores, ideias, obras, são destinadas efetivamente ao povo e respondem às suas exigências de realização humana em determinada época; em suma, à consciência histórica real. “É popular a cultura que leva o homem a assumir a sua posição de sujeito da própria criação cultural e de operário consciente do processo histórico em que se acha inserido” (FÁVERO, 1983).

Fávero afirma ser a cultura popular uma forma legítima de trabalho revolucionário na medida em que tem por objetivo acelerar a velocidade com que se transformam os supostos materiais da sociedade. “Quem faz cultura popular nunca perde de vista a aquela formulação de Guevara: por mais que se faça, no essencial a cultura permanece intacta não se toma o poder” (FÁVERO, 1983). A cultura popular, não trata, pois, de revolucionar a cultura existente, eliminando-a por outra qualitativamente nova. Mas sim tem, entretanto, seu propósito último que é a educação revolucionária das massas.

Um movimento de cultura popular só surge quando o balanço das reações de poder começa a ser favorável aos setores populares da comunidade e desfavorável aos seus setores de elite. Segundo Fávero 1983, p.90. Esta nova situação caracteriza de modo genérico, o quadro atual da vida brasileira. No caso particular de Pernambuco, primeiramente em Recife, logo depois em todo o Estado, aquele ascenso democrático assumiu proporções inéditas, daí resultando um elemento qualitativamente novo na configuração do movimento de cultura popular. Afirma o autor:

A ocorrência dessa conquista, alcançada através do esforço organizado das massas populares, criou novas condições que se traduzem na possibilidade do movimento de cultura popular a ser financiado por recursos públicos e ser apoiado pelos poderes públicos. Tal fato é praticamente inexistente no resto do país, onde, via de regra, os movimentos de cultura popular encontram, como condições adversas a sua existência e ao seu funcionamento, a hostilidade do poder público e a ausência de dotações orçamentárias para fins de cultura popular. (1983, p.90).

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil está diretamente ligada a Paulo Freire. O Sistema Paulo Freire, desenvolvido no início dos anos sessenta, teve sua primeira aplicação na cidade de Poço de Panela/Recife, mas ganhou destaque na experiência realizada em Angicos/RN. E, com o sucesso da experiência, passou a ser conhecido em todo País, sendo praticado por diversos grupos de cultura popular.

A educação de Jovens e Adultos no Brasil passa a ganhar o seu lugar na história a partir da década de 30, a partir da constituição de 1934, que estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação, que indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado. A década de 40 foi marcada por diversas iniciativas políticas e pedagógicas que ampliaram a educação de jovens e adultos, como a criação e a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), o surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo, o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), entre outros. Este conjunto de iniciativas permitiu que a educação de adultos se firmasse como uma questão nacional.

Como plataforma política de governo de Getúlio Vargas, a educação de adultos foi entendida como peça fundamental para elevar os níveis de escolarização da população, tendo este processo como fundamental para a elevação do nível cultural dos cidadãos (BEISEIGEL, 1974). Com isso, surgiu a chamada Educação de Várzea, na qual era proposto um currículo básico para a alfabetização, visando à expansão agrícola.

Um período importante na história da Educação de Jovens e adultos foi a década de 50/60, com Juscelino Kubitschek (presidente da república da época), que convocou grupos de vários estados para realizarem relatos de suas experiências no “Congresso de Educação de Jovens e Adultos”. Foi neste congresso que ganhou destaque a experiência do grupo de Pernambuco liderada por Paulo Freire. O grupo era voltado para o desenvolvimento da educação de adultos, e realizava críticas muito fortes à precariedade das escolas, a inadequação do material didático e a qualificação do professor. A partir do Congresso, nasce a ideia da implementação de um programa permanente de Educação de Adultos, e é então criado o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA), dirigido por Paulo Freire, e extinto pelo golpe de Estado em 1964.

Em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e a Cruzada ABC constituíram-se em movimentos concebidos com o fim básico de controle político da população por meio da centralização das ações e orientações, supervisão pedagógica e produção de materiais didáticos (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

No início dos anos 70 foi criada a Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971, que regulamentava o Ensino Supletivo, que visava contemplar os jovens e adultos, propondo a reposição de escolaridade, o suprimento como aperfeiçoamento, a aprendizagem e qualificação sinalizada para a profissionalização.

Em meados da década de 80, com a redemocratização do país, o MOBRAL é extinto e ocupa seu lugar a Fundação EDUCAR, com as mesmas características, porém sem o suporte financeiro necessário para a sua manutenção. Com a extinção da Fundação EDUCAR, no início da década de 90, ocorre a descentralização política da EJA, transferindo a responsabilidade pública dos programas de alfabetização e de pós-alfabetização aos municípios (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 121). Em 1988 com a promulgação da constituição, o dever do estado com a educação é efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive a oferta para aqueles que a ele não tiveram acesso na idade considerada própria. A União foi se afastando da educação de jovens e adultos, transferindo esta responsabilidade para os Estados e Municípios. O afastamento da União das políticas públicas de EJA, transferindo a responsabilidade para Estados e Municípios, proporcionou iniciativas de cunho popular caracterizando uma pulverização de programas na tentativa de minimizar a problemática de EJA no Brasil (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

O governo de Inácio Lula da Silva trouxe a esperança de que a Educação de Jovens e Adultos pudesse ser valorizada, tratada de forma adequada e com a urgência necessária. Foram desenvolvidas diversas iniciativas na área, tais como, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) ligada ao Ministério da Educação (MEC), e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) voltado à educação profissional técnica em nível de ensino médio.

Apesar da grande expansão das políticas públicas na Educação de Jovens e adultos, temos, ainda hoje, uma evasão extremamente alta desta modalidade de ensino. Em 2009, o IBGE publicou o estudo "Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional", e no que tange a permanência dos estudantes na EJA, o estudo mostrou dos 8 milhões de pessoas que passaram pela EJA antes de 2007, 42,7% não concluíram o curso (IBGE, 2009), demonstrando mais uma marca da exclusão na vida desses sujeitos. Este estudo mostra a necessidade de pensarmos além das políticas públicas. Mostra a necessidade de pensar os mecanismos para a permanência destes sujeitos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, compreendemos que a educação na perspectiva freireana, constitui-se como uma possibilidade de educação para a classe trabalhadora. Uma educação na perspectiva política, pois sabemos que a educação como ato político não tem fim nela mesma. Sua finalidade torna-se decisiva como instrumento de transformação da consciência para uma luta contra-hegemônica. Nesse sentido, a Educação para as classe populares deve ser realizada de diferentes modos, por meio de práticas formais ou não formais, sendo, um produto de práticas sociais. Não se trata, portanto, de uma escolha pedagógica, nem de uma proposta datada e situada num tempo. Ao contrário, através da superação dialética do conhecimento, vão se criando e se recriando novas formas e novas práxis de Educação popular. Nesse sentido que nos educadoras acreditados e lutamos por uma educação possível aos sujeitos de toda a ordem. Não se pode refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos sem relacioná-la diretamente à forma como a sociedade está estruturada. A EJA existe devido a falta objetiva de oportunidades educacionais que garantam aos sujeitos o acesso à escola, bem como à sua permanência, haja vista os altos índices de evasão e repetência evidenciados nas estatísticas sociais.

O público da EJA traz consigo sequelas de experiências frustradas ao longo de uma vida, e chega à escola com uma bagagem cultural diversificada, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o seu mundo. Muitos encontram-se marcados pela condição de exclusão, seja devido a necessidade de trabalhar para sustento (próprio ou da família), do acúmulo de reprovações ou por não terem se adaptado às formalidades da escola. Eles retornam e encontram a mesma escola que os excluiu há anos com propostas pedagógicas que não contemplam as suas expectativas e escolas com regras específicas e generalizadas. É preciso produzir novos discursos e novas práticas, evidenciando as idiosincrasias entre os estudantes, conhecendo e reconhecendo as trajetórias e necessidades de quem chega à educação de Jovens e Adultos.

## **REFERENCIAS**

BEISIEGEL, C. R. Mudança social e mudança educacional. In.: Estado e educação popular: um estudo sobre educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.

BRANDAO, C. R. Educação Popular. 3ª ed. SP, Brasiliense, 1986.

- BRANDAO, C. R. A Educação Popular na escola, editora vozes Petrópolis, Rj 2006 .
- DI PIERRO, M. C.; JOIA, O. ; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. Caderno Cedes, Campinas, SP, n. 55, p. 58-77. 2001.
- FÁVERO, O. (org.) Cultura popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE Paulo; NOGUEIRA Adriano: Que Fazer: Teoria e Prática em Educação Popular Paz e Terra; 2001. 8ª Edição
- HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.
- OSMAR Fávero Cultura Popular Educação Popular Memória dos Anos 60. Editora: Graal Ano: 1983. 2ª Edição
- PAIVA, V. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola 1973. v. 1. (Temas Brasileiros, 2).
- VALE, A.M. do. Educação popular na Escola Pública. São Paulo: Cortez, 1992.